

--- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM, EFECTUADA NO DIA VINTE E SEIS DE SETEMBRO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SETE, NO SALÃO NOBRE DA ASSEMBLEIA DISTRITAL, NA CIDADE DE SANTARÉM. -----

--- Aos vinte e seis dias do mês de Setembro de mil novecentos e noventa e sete, pelas vinte e uma horas e quarenta minutos, reuniu a Assembleia Municipal, no Salão Nobre da Assembleia Distrital, na cidade de Santarém, com a seguinte **ORDEM DE**

TRABALHOS: -----

--- 1.-CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA. -----

--- 2.-LANÇAMENTO DE DERRAMA NO ANO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E OITO.-----

--- 3.-PRIMEIRA REVISÃO DO ORÇAMENTO E DO PLANO DE ACTIVIDADES DO ANO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SETE. -----

--- 4.-REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE LOTES INDUSTRIAIS. -----

--- 5.-ADESÃO DA CÂMARA MUNICIPAL AO PROGRAMA SALVAGUARDA E GESTÃO DAS CIDADES DE VALOR EXCEPCIONAL. -----

--- 6.-ADESÃO DA CÂMARA MUNICIPAL À COMISSÃO NACIONAL PORTUGUESA DOS MONUMENTOS E SÍTIOS.-----

---7.-CONSTITUIÇÃO DO CENTRO MUNICIPAL DE OPERAÇÕES DE EMERGÊNCIA DE PROTECÇÃO CIVIL (CMOEPC).-----

--- O Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, ordenou que se procedesse à chamada, tendo-se verificado as seguintes ausências: -----

--- **Faltas justificadas:**-----

--- PEDRO MIGUEL TEODÓSIO GREGO. -----

--- MANUEL MORGADO MAURÍCIO D' AVÓ. -----

--- CUSTÓDIO MANUEL VITORINO BENTO.-----

--- JOÃO VÍTOR REIS GOMES MENDES. -----

--- ANTÓNIO MANUEL DE CAMPOS. -----

--- JOSÉ ANTÓNIO MARTINS LUCAS LEITÃO.-----

--- JOÃO PIEDADE JOANAZ.-----

--- ANTÓNIO MANUEL SIMÕES CORDEIRO DUARTE. -----

--- ISIDRO MENA ESTEVES. -----

--- MÁRIO MARTINHO DE OLIVEIRA.-----

--- Confirmada a existência de quórum, o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, declarou aberta a Sessão, dando conhecimento da ausência do Senhor Presidente da Câmara que se fez representar pelo seu substituto legal, Senhor Vereador Botas Castanho. Informou ainda da ausência do Senhor Vereador Jaime Carvalho. -----

--- Para efeitos de conhecimento e apreciação, foi distribuída aos Senhores Membros da Assembleia Municipal, fotocópia dos documentos referentes ao empréstimo aprovado

pelo Executivo, em vinte sete de Julho de mil novecentos e noventa dois, num total de sessenta e sete mil e dez contos e agora a proposta **REFORMULAÇÃO DE PARTE DO REFERIDO EMPRÉSTIMO DE DUZENTOS E DEZANOVE MILHÕES DE ESCUDOS**, consignados à rede viária, nomeadamente no que diz respeito à E. M. quinhentos e oitenta e três - Santos - na importância de cento e seis milhões cento e cinquenta e cinco mil escudos, para a rubrica do Plano de Actividades 09.01.33 - Recuperação da Estrutura Viária - vinte e quatro freguesias. -----

--- De seguida o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu início ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, submetendo à discussão e votação a **acta número vinte e três**, tendo sido deliberado **aprovar por maioria, com uma abstenção**. -----

--- Seguidamente foi submetida a discussão e votação a **acta número vinte e cinco**, tendo sido deliberado **aprovar por maioria, com duas abstenções**. -----

--- Por último foi submetida a discussão e votação a **acta número vinte e seis**, tendo usado da palavra o Senhor **LUÍS ROMÃO** para solicitar duas correcções ao texto da sua intervenção no Período de “Antes da Ordem do Dia”. -----

--- Colocada a referida acta a votação, com as alterações sugeridas, foi deliberado **aprovar por maioria, com quatro abstenções**. -----

--- A seguir interveio o Senhor **PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA** informando que foi hoje distribuído, aos Senhores Membros da Assembleia, um documento parcelar do Relatório de Actividade Municipal, proveniente do Gabinete de Candidatura de Santarém a Património Mundial, dado que, o referido documento, apenas chegou ontem

aos Serviços de Apoio da Assembleia Municipal, não se justificando, por isso, o seu envio pelo correio. -----

--- De imediato se prosseguiu o Período de “Antes da Ordem do Dia” com a intervenção do Senhor **LUÍS ROMÃO** que recordou a memória do Senhor Bispo de Santarém, D. António Francisco. -----

--- Falou do Festival Internacional de Folclore Celestino Graça, considerando ter-se prestado, mais uma vez, homenagem ao ilustre scalabitano, à sua cultura e que em boa hora defendeu a preservação das danças e cantares do Ribatejo, lamentando, no entanto, que o local junto ao seu busto continue sem a dignidade adequada. -----

--- Alertou depois para a necessidade da substituição do espelho (auxiliar de trânsito), no cruzamento da Avenida Vinte Cinco de Abril com a Rua Duarte Pacheco e o Largo do Choupal, dado ser um local de grande sinistralidade. -----

--- Referiu o acesso à Escola dos Leões o qual se encontra bastante precário, lamentando as “torres” que ali estão a ser construídas. -----

--- Salientou que as obras do Jardim de Infância do Sacapeito ainda não se encontram concluídas embora o Relatório de Actividade da Câmara refira a conclusão das obras em causa. -----

--- Prosseguiu, referindo-se às novas Piscinas Municipais questionando se a autarquia adquiriu alguns terrenos da “Horta do Taré”, (Plano Arquitecto Aguiar) e, em caso afirmativo, há quantos anos. -----

--- Lamentou que, para se proceder à renovação da Exposição patente no Museu S. João

de Alporão, durante dois anos e meio, aquele Museu estivesse encerrado cerca de seis meses quando, inicialmente, se previa um encerramento de apenas dois meses. Considerou ser necessária a revisão do Plano Museológico de Santarém a fim de se evitarem situações iguais às atrás apontadas.-----

--- Falou da destruição de vestígios arqueológicos, junto à Torre do Cabaceiro, referindo não terem sido efectuadas sondagens arqueológicas, naquele local, antes de se iniciarem as obras. -----

--- Concluiu, referindo que existe um divórcio entre o discurso oficial e a realidade, numa cidade que pretende ver o seu Centro Histórico classificado como Património Mundial.-----

--- O Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** agradeceu as palavras proferidas pelo anterior interveniente acerca do falecimento do Bispo de Santarém, D. António Francisco acrescentando que, enquanto Presidente da Assembleia, esteve presente nas exéquias fúnebres e lamentou o desaparecimento precoce de uma personalidade que marcou Santarém.-----

--- A seguir interveio o Senhor **ZEFERINO SILVA** chamando a atenção para a degradação dos fontanários da cidade, bem como os seus acessos. -----

--- Lamentou que se tenha efectuado uma obra de conservação na Praceta Pedro Escuro sem que se tenham feito os passeios, para segurança dos peões e dos comerciantes que ali possuem estabelecimentos. -----

--- Questionou porque razão a construção da passagem superior para peões, na Rua “O”

não foi logo definitiva pois, situações destas, no seu entender, custam muito mais dinheiro ao Município. -----

--- Referiu a falta de passeios na Estrada de S. Domingos e alertou para o estacionamento abusivo em cima dos passeios, designadamente junto à Estação da CP e no Alto do Bexiga, situação que obriga as pessoas e as crianças a circularem pela estrada e, concluiu, agradecendo que lhe fossem prestados esclarecimentos sobre duas questões: Campo Emílio Infante da Câmara e Segurança Social. -----

--- Seguidamente usou da palavra o Senhor **PEDRO VELOSO** manifestando a sua solidariedade para com o Senhor Zeferino Silva, acerca de notícias vindas a público nos jornais da região, considerando que, no seu entender, aquele deputado não merece este tipo de tratamento. -----

--- Perguntou pela situação do tão famigerado Hotel do Ivo-Hoteis e solicitou esclarecimentos acerca do destino a dar ao espaço onde funcionava o Bingo de Santarém e quis saber quem pagou as obras do Largo do Choupal.-----

--- Referiu-se ao encontro ocorrido entre o Presidente da Câmara Municipal de Santarém e o Governador Civil de Leiria, questionando se para o Senhor Presidente da Câmara é ou não essencial que Santarém, numa eventual regionalização, seja capital de Região. ---

--- Falou sobre a política de desporto do Executivo Municipal, questionando sobre as obras de ampliação do actual Pavilhão Gimnodesportivo, e perguntou que compromissos existem em relação ao Campo Emílio Infante da Câmara, nomeadamente com o Centro Regional de Segurança Social. -----

--- Lamentou que, durante a visita de uma Delegação de Advogados Brasileiros ao Centro Histórico da Cidade, não houvesse um único monumento aberto, depois das dezassete horas, perguntando se não seria possível os funcionários esperarem mais um pouco e, concluiu interrogando sobre a situação do bibliotecário, perguntando o que se encontra o mesmo a fazer na Câmara.-----

--- O Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** esclareceu que as questões relacionadas com a criação das Regiões Administrativas são da exclusiva competência da Assembleia da República.-----

--- Interveio novamente o Senhor **PEDRO VELOSO** dizendo saber perfeitamente que a criação das Regiões Administrativas são da responsabilidade da Assembleia da República mas, na sua opinião, é essencial que Santarém continue a ser capital, esperando que o Senhor Presidente da Câmara partilhe de semelhante opinião.-----

--- Usou a seguir da palavra a Senhora **MARIA CREMILDA SALVADOR** congratulando-se com a eleição da Dr^a Maria Fernanda Ribeiro para Presidente do Conselho Directivo da Escola Superior Agrária de Santarém, lamentando que a Assembleia Municipal não se tivesse feito representar no acto de posse.-----

--- Referiu a falta de condições existentes no Posto de Turismo da Cidade considerando, no seu entender, ser importante que aquele espaço venha a beneficiar de obras de remodelação a fim de permitir melhores condições de trabalho aos funcionários bem como aos turistas que ali se deslocam para obterem informações.-----

--- Falou do problema da toxicodependência, salientando que é importante dar apoio

àquelas pessoas doentes, sobretudo por parte da Autarquia, para que os mesmos se possam reintegrar na sociedade.-----

--- Alertou para a necessidade do arranjo do parque de estacionamento junto ao “Hospital Velho” dado existirem ali imensos buracos e tendo em conta a falta de estacionamento automóvel na cidade de Santarém, concluiu.-----

--- O Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** congratulou-se, igualmente, com a eleição da Dr^a. Maria Fernanda Ribeiro e esclareceu que ele próprio se encontrava no estrangeiro, numa reunião do Conselho da Europa, não tendo sido possível fazer-se representar, adiantando já ter sido enviado um ofício a justificar a falta de representação da Assembleia Municipal ao acto de posse.-----

--- Depois interveio o Senhor **VICENTE BATALHA**, Presidente da Junta de Freguesia de Pernes referindo que o PDM continua a ser um problema grave em termos de desenvolvimento das freguesias, fazendo referência às suas anteriores intervenções sobre esta matéria.-----

--- Referiu-se à Zona de Desenvolvimento Económico de Pernes, lamentando não ter podido assistir a uma discussão de grande nível sobre esta questão, na última reunião do Executivo Camarário, salientando que o Senhor Presidente da Câmara disse: “a não concretização da referida Zona seria o falhanço do seu projecto de desenvolvimento estratégico e harmonioso do concelho”.-----

--- Disse que gostaria de ver esclarecido o que se pensa para aquele espaço, sabendo que a Câmara se pronunciou favoravelmente acerca de uma empresa vir a ser classificada

com o estatuto de utilidade pública para se instalar na freguesia ao lado, quando afinal existe, na sua freguesia, um local denominado de “Zona de Desenvolvimento Económico” que tem como objectivo desconcentrar o desenvolvimento para aquela área do concelho e toda a sua envolvência. Perguntou como se pode permitir que uma empresa se instale precisamente ao lado, entendendo não estar em causa a classificação de interesse público da empresa, mas ser esta, no seu critério, uma questão muito grave.-

--- Solicitou esclarecimentos acerca do Campo Emílio Infante da Câmara, nomeadamente sobre a realização de uma Sessão da Assembleia que estava prevista para debater a situação daquele espaço. -----

--- Falou de uma entrevista dada pelo Senhor Presidente da Câmara onde refere a possibilidade de conciliar piscinas com edifícios no Campo Emílio Infante da Câmara, não com a amplitude de complexos aquáticos, mas com áreas livres e de crescimento, onde adianta também que já teve contactos com a Administração do CNEMA, a qual manifestou inteira disponibilidade para que esses equipamentos se instalem numa zona de grande interesse para a cidade e para o concelho e, onde terá de haver uma animação em permanência que é o próprio CNEMA, ou seja, as piscinas no Campo Emílio Infante da Câmara não invalidam as piscinas no CNEMA, salientando ser importante que estas questões sejam clarificadas. -----

--- Prosseguiu, salientando que nos últimos meses se fizeram mais obras que nos restantes três anos e meio de mandato e concluiu, referindo que se falou hoje aqui de questões de solidariedade em relação ao Senhor Zeferino Silva e ao Bibliotecário, Senhor

Luís Nazaré, deixando um apelo para que houvesse ética e dignidade no debate político e que essa mesma ética esteja sempre presente nos políticos. -----

--- Tomou a seguir a palavra o Senhor **BASÍLIO OLEIRO**, Presidente da Junta de Freguesia de Arneiro das Milhariças referindo que, contrariamente ao que estava estabelecido, ainda não foram efectuadas quaisquer obras, na sua freguesia, em matéria de alcatroamento de estradas, solicitando alguns esclarecimentos acerca destas obras-----

--- Questionou para quando está previsto o arranjo dos baloiços da Escola do Arneiro das Milhariças, recordando que a sua Junta possui uma verba de cem mil escudos, proveniente de um peditório e que, segundo lhe disse a Senhora Vereadora da Educação “as que tivessem algum dinheiro seriam as primeiras a beneficiar desse equipamento” mas, na verdade, até hoje, nada foi feito. -----

--- Chamou a atenção para a necessidade dos velhos contentores serem recolhidos, destacando que a recolha do lixo melhorou significativamente desde que aquele serviço foi entregue a uma empresa privada. -----

--- Seguidamente usou da palavra o Senhor **JOAQUIM SERRÃO** referindo que, desde o início do mandato, que o Jardim de Infância do Sacapeito vem inscrito em Plano de Actividades e Orçamento e que, só agora, o edifício ficou concluído, lamentando não terem sido criadas as condições de segurança para as crianças. -----

--- Desde há cerca de um ano, prosseguiu, que os pais dos alunos e o Conselho Directivo do Jardim de Infância fazem diligências no sentido de ser construída uma vedação de modo a permitir que aquele Infantário abrisse no início deste ano lectivo e concluiu,

criticando que, passado este tempo todo, se vá construir uma vedação provisória, não se sabendo por quanto tempo, em vez de uma vedação definitiva. -----

--- Interveio depois o Senhor **CARLOS MARQUES**, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Figueira para se referir ao problema do ambiente, questionando porque razão não se assina um protocolo de despoluição do Rio Alviela, semelhante àquele que foi assinado pelo Presidente da Câmara Municipal de Rio Maior para despoluição do Rio Maior. -----

--- Concluiu alertando para a necessidade de se construírem, no concelho, passagens desniveladas, nas linhas de comboio, no sentido de evitar que as pessoas percam horas de trabalho quando, com os seus carros, encontram as passagens de nível fechadas tempos infindos. -----

--- Usou também da palavra o Senhor **FILIPE AURÉLIO**, Presidente da Junta de Freguesia de Azoia de Baixo, manifestando o seu contentamento pela inauguração, na área da sua Junta, do Busto de Alexandre Herculano e arranjo de toda a zona envolvente, agradecendo às entidades que participaram nesta cerimónia, em especial à Câmara Municipal de Santarém. -----

--- A seguir interveio novamente o Senhor **PEDRO VELOSO** para se congratular com os reparos feitos ao Executivo, por parte da bancada da maioria, questionando onde estava a Senhora Cremilda Salvador aquando da aprovação do Orçamento da Câmara e, porque razão, não perguntou ao Executivo o destino que deu à verba para a remodelação do Posto de Turismo da Cidade. -----

--- O Senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA EM EXERCÍCIO** iniciou a sua intervenção explicando que está prevista toda a remodelação do Campo Emílio Infante da Câmara e, inclusivamente, a conclusão do Monumento a “Celestino Graça”.-----

--- Relativamente à Escola dos Leões disse estar-se a ultimar a limpeza de entulhos na sua envolvente.-----

--- Quanto ao Jardim de Infância do Sacapeito considerou que, na sua opinião, todos se deveriam congratular com a beleza daquele edifício e que, em relação à sua vedação provisória, esta se deve ao facto de ter havido uma alteração do seu projecto inicial.-----

--- No que concerne às intervenções no Centro Histórico, referiu que existe um regulamento que define todo o tipo de intervenções -o qual está a ser cumprido- que assegura que, todas as intervenções, sejam precedidas de escavações arqueológicas através de um corpo técnico competente que zela por esse cumprimento. -----

--- Relativamente aos fontanários, que afinal se situam na Estrada Nacional número três, esclareceu que a reposição e manutenção das fontes emblemáticas da cidade estão asseguradas por parte da Junta Autónoma das Estradas.-----

--- Em relação ao Ivo-Hotéis disse lamentar que os Hotéis de Santarém não estejam já em funcionamento, mas que, no entanto, se trata de um problema de iniciativa privada. Adiantou que, inclusivamente, o empreendedor lhe transmitiu que o dinheiro era dele e por isso seria ele próprio quem decidia o andamento das obras, situação que a Câmara apenas pode lamentar dado que não são obras da responsabilidade do Município. -----

--- Esclareceu que o encontro entre o Senhor Presidente da Câmara e o Governador Civil

de Leiria se tratou, apenas, de uma visita de cortesia entre pessoas que se estimam.-----

--- Quanto ao Campo Emílio Infante da Câmara referiu que, em tempo oportuno, irá ser apresentado um plano de pormenor para aquela área.-----

--- Referiu que a Câmara não foi responsável pela organização da visita da Delegação de Advogados Brasileiros, perguntando se houve o cuidado, por parte da organização, de solicitar para que os Monumentos estivessem abertos depois da hora normal de funcionamento. -----

--- A toxicod dependência -proseguiu- é um problema complicado para o qual a Câmara não possui meios para este tipo de problema tão delicado até por ser de ordem nacional. Todavia o Município tem disponibilidade todos os apoios e cooperação que lhe é possível dar.-----

--- No tocante ao Plano Director Municipal referiu que, efectivamente, houve rectificações ao PDM que permitiram reapreciar e dar andamento a alguns processos que tinham a ver com aquelas alterações. No entanto, disse existirem situações que não se conseguiram ultrapassar dado que há questões de fundo que têm de ser salvaguardadas. -

--- Esclareceu que a questão da Zona de Desenvolvimento Económico de Pernes é um problema de difícil resolução, que tem a ver com o facto de os empresários aceitarem ou não instalarem-se naquela Zona mas que, em todo caso, o Executivo Camarário está a envidar esforços para resolução da situação. -----

--- Discordou da opinião de que nos últimos meses se fez mais obra que nos restantes anos de mandato, considerando que a obras têm vindo a ser feitas, progressivamente,

adiantando que as do Arneiro das Milhariças têm o seu início previsto para a próxima semana. -----

--- Quanto ao equipamento escolar disse que, aquele material, já foi adquirido estando-se a aguardar a sua entrega para ser colocado na Escola do Arneiro das Milhariças. -----

--- Referiu que a recolha de resíduos sólidos pela empresa adjudicatária está a ser efectuada com normalidade e que, as Juntas de Freguesia, estão a receber as verbas para, futuramente, comprarem contentores. -----

--- Concluiu, salientando que a despoluição do Rio Alviela não é problema de falta de protocolos assinados o que quer dizer que protocolo, infelizmente, não é sinónimo de Alviela despoluído. Situação idêntica se passa em relação às passagens desniveladas. ----

--- Interveio novamente o Senhor **VICENTE BATALHA**, Presidente da Junta de Freguesia de Pernes para referir que colocou uma questão ao Senhor Presidente da Assembleia, sobre a realização de uma Sessão da Assembleia Municipal para debater o futuro do Campo Emílio Infante da Câmara. -----

--- Considerou haver uma autêntica “fuga de informação” por parte do Senhor Presidente da Câmara em Exercício, cujo discurso institucionalista contrasta com o discurso público e jornalístico do Senhor Presidente da Câmara. -----

--- O Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** em resposta ao Senhor Vicente Batalha disse lamentar, principalmente como munícipe, que a questão do Campo Emílio Infante da Câmara não tivesse sido, novamente, trazida a esta Assembleia mas, efectivamente, entende que sem uma proposta concreta não faria sentido estar a marcar

uma reunião para esse efeito, adiantando que gostaria que a referida Sessão se realizasse ainda no decorrer do actual mandato embora saiba que o atraso não é da responsabilidade da Câmara mas sim de quem está a elaborar o estudo que, diga-se, não é fácil. -----

--- A Seguir retomou a palavra o Senhor **JOAQUIM SERRÃO** referindo que não põe em questão o local e a qualidade do edifício do Jardim de Infância do Sacapeito, mas sim a estratégia e a forma como as obras são efectuadas. -----

--- Depois usou da palavra, novamente, o Senhor **PEDRO VELOSO** referindo que não pode deixar passar em claro dizer-se que a questão do empreendimento do Ivo-Hotéis é um problema da iniciativa privada quando foi a Autarquia a ceder o terreno para construção do Hotel. Requereu de imediato à Mesa que solicitasse, ao Executivo Municipal, informação para esta Assembleia Municipal, sobre se a clausula de reversão do contrato tinha sido abolida. -----

--- Retomou também a palavra o Senhor **BASÍLIO OLEIRO**, Presidente da Junta de Freguesia de Arneiro das Milhariças, para referir que não existe qualquer protocolo assinado com as Juntas de Freguesia sobre a recolha dos resíduos sólidos, lembrando que os “velhos contentores” continuam por retirar. -----

--- Novamente, no uso da palavra, o Senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA EM EXERCÍCIO**, considerou que o problema do Ivo-Hotéis é complicadíssimo, explicando que o Executivo tentou o processo de reversão mas, sob a ameaça do empreendedor de vir a recorrer e do problema se vir a arrastar na barra dos tribunais e, tendo em conta a disponibilidade do empreendedor, na altura, de retomar o processo, a Câmara optou por

não fazer accionar o processo de reversão. -----

---Em relação à recolha do lixo disse que, quando assumiu este pelouro, lhe foi comunicado que existiam esses acordos. Quanto aos “velhos contentores” considerou que, com um pouco de boa vontade dos Senhores Presidentes de Junta, aqueles contentores poderiam ser retirados de onde se encontram. -----

--- Esgotadas as intervenções, neste período de “Antes da Ordem do Dia”, deu-se início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** com o **PONTO UM - CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA**.-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “De acordo com o estabelecido no artigo dezassete do Código da Contribuição Autárquica, aprovado pelo Decreto-Lei número quatrocentos e vinte e dois-dois/oitenta e oito, de trinta de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei número duzentos e onze/noventa, de vinte e sete de Junho, deverá ser comunicada à Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, até 31 de Dezembro próximo futuro, informação respeitante à taxa determinada pelos Órgãos Autárquicos, sem o que será fixada a taxa mínima.-----

--- A taxa para os prédios rústicos encontra-se fixada em zero vírgula oito por cento sendo a dos prédios urbanos actualmente variável entre zero vírgula sete por cento e um vírgula três por cento, nos termos da alínea a) do artigo quarenta e cinco da Lei número cinquenta e dois-C/noventa e seis, de vinte e sete de Dezembro.-----

--- Dando cumprimento à lei vigente, proponho ao Executivo Municipal que fixe em um por cento a taxa inerente a prédios urbanos. -----

--- De assinalar que a receita de mil novecentos e noventa e seis correspondeu a trezentos e setenta e seis milhões novecentos e onze mil setecentos e sessenta e dois escudos e a previsão para mil novecentos e noventa e sete aponta para trezentos e cinquenta milhões de escudos”.

--- No debate interveio apenas o Senhor **PEDRO VELOSO** referindo que iria votar favoravelmente a proposta dado que, no seu entender, os valores apresentados são equilibrados. Considerou importante que, no futuro, se reveja o método das avaliações de forma a permitir que os valores patrimoniais dos prédios em que é lançada a Contribuição Autárquica se torne mais justa.

--- Seguidamente o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, submeteu a votação a proposta, relativa à **CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA**, nos termos da alínea l), do número dois, do artigo trinta e nove, do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro, de vinte e nove de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei dezoito/noventa e um, de doze de Junho e Lei trinta e cinco/noventa e um, de vinte sete de Julho, tendo sido **aprovada por unanimidade**.

--- **PONTO DOIS - LANÇAMENTO DE DERRAMA NO ANO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E OITO.**

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta:

--- “Em conformidade com a deliberação camarária de dezoito de Agosto de mil novecentos e noventa e sete, cabe-me propor à Exma Assembleia o Lançamento de Derrama de dez por cento sobre o I.R.C., destinada:

---Um - A financiamento de projectos no âmbito das Zonas de Desenvolvimento Económico;-----

---Dois - No caso do produto final da derrama ultrapassar a previsão orçamental, o remanescente deverá ser aplicado no tratamento urbanístico das zonas novas da cidade. -

--- Com a nova alteração introduzida à Lei um/oitenta e sete, pelo Decreto-Lei trinta e sete/noventa e três, de treze de Fevereiro, artigo cinco e número sete, a deliberação deverá ser comunicada pela Câmara Municipal ao Director de Finanças do Distrito, até quinze de Outubro próximo futuro.-----

--- Em mil novecentos e noventa e seis, o produto da derrama foi de duzentos e trinta milhões quatrocentos e vinte mil cento e seis escudos.-----

--- Em mil novecentos e noventa e sete, foi feita uma previsão orçamental de duzentos milhões de escudos”.-----

--- Interveio o Senhor **LEONEL MARTINHO DO ROSÁRIO** salientando a importância e a vontade do Executivo Camarário em aplicar a derrama nas Zonas de Desenvolvimento Económico do Concelho de Santarém sendo igualmente importante que, nos próximos dois anos, se activem as Zonas de Desenvolvimento Económico de Pernes e Alcanede e, eventualmente, seja criada uma outra Zona Económica em Santarém como alternativa à existente a qual já não satisfaz os interesses dos empresários que ali se querem instalar.-----

--- Referiu que, no seu entender, se Santarém não desenvolver as suas zonas económicas, corre o risco de ver passar todo o desenvolvimento económico para o lado sul do Tejo,

sublinhando a importância de Santarém funcionar como um grande entreposto comercial e industrial de muito interesse e, concluiu, salientando que o PS votaria a proposta favoravelmente. -----

--- Usou a seguir da palavra o Senhor **ZEFERINO SILVA** deixando em aberto uma questão, designadamente o que foi estudado de benéfico para Santarém, tendo em atenção a sua proximidade com a EXPO/98. -----

--- Esgotadas as intervenções o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, submeteu a votação a proposta, relativa ao **LANÇAMENTO DE DERRAMA NO ANO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E OITO**, nos termos da alínea p), do número dois, do artigo trinta e nove, do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro, de vinte e nove de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei dezoito/noventa e um, de doze de Junho e Lei trinta e cinco/noventa e um, de vinte sete de Julho, tendo sido **aprovada por unanimidade**.---

--- **PONTO TRÊS - PRIMEIRA REVISÃO DO ORÇAMENTO E DO PLANO DE ACTIVIDADES DO ANO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SETE**. -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte Proposta: -----

--- “Considerando que o estipulado nos artigos quatro e trinta e um do Decreto-Lei número trezentos e quarenta e um/oitenta e três, de vinte e um de Junho, permite a elaboração de revisões, Plano de Actividades e Orçamento da Câmara Municipal de Santarém, solicito a aprovação pela Assembleia Municipal da Primeira Revisão Orçamental para o ano em curso, nos termos estabelecidos na alínea b), do número dois, do artigo trinta e nove, da Lei número dezoito/noventa e um, que alterou o Decreto Lei

número cem/oitenta e quatro, de vinte e nove de Março, com a redacção dada pela Lei dezoito/noventa e um, de doze de Junho”.-----

--- No debate interveio em primeiro lugar o Senhor **JOSÉ MARCELINO** referindo que aquando da aprovação do Orçamento já tinha tido a oportunidade de criticar aquele documento porque, no seu entender, os Planos e Orçamentos do Executivo Camarário são feitos casuisticamente, salientando que obras que não estavam planeadas foram concretizadas enquanto que, obras inscritas em Plano de Actividades, não foram executadas. Lamentou que se tenha feito mais obra, em três meses, que nos restantes anos de mandato.-----

--- Solicitou esclarecimentos sobre o aumento das despesas com pessoal, considerando que os cento e quinze mil contos estão a ser muito mal aproveitados em termos sociais e culturais.-----

--- Tomou depois a palavra o Senhor **VICENTE BATALHA**, Presidente da Junta de Freguesia de Pernes, referindo que, obviamente, a CDU não se iria opor à aprovação desta revisão. No entanto, não quis deixar de manifestar a sua preocupação, entre o Orçamento inicial e o Orçamento final, lamentando que durante a vigência daqueles documentos nunca se tivesse feito uma análise da sua concretização efectiva, apesar de não ser defensor de Orçamentos rígidos.-----

--- Falou da rede viária, destacando a não concretização da Estrada da Chainça e referiu que, efectivamente, não houve qualquer protocolo assinado com as Juntas de Freguesia em relação à recolha dos resíduos sólidos, afirmando que a empresa de recolha do lixo

não está a cumprir aquilo que inicialmente tinha sido estabelecido no que concerne à limpeza dos contentores. -----

--- Concluiu, sublinhando a sua preocupação, relativamente à desfiguração dos Orçamentos com sucessivas alterações, bem como a falta de verbas para questões essenciais. -----

--- A seguir usou da palavra o Senhor **LUÍS BATISTA**, Presidente da Junta de Freguesia de Romeira, considerando que, no seu entender, as revisões orçamentais são unicamente da responsabilidade do Executivo, realçando as transferências de verbas para as Juntas de Freguesia, por parte da Autarquia, que permitem um maior desenvolvimento para as freguesias rurais. -----

--- Referiu que o facto das obras estarem agora a ser feitas não o preocupa uma vez que o seu mandato é de quatro anos. Considerou que, se algumas Juntas de Freguesia estão agora a beneficiar da execução de obras é porque, certamente, no início do mandato, outras Juntas foram beneficiadas. -----

--- Relativamente à recolha do lixo, por parte da empresa privada, considerou que, na sua opinião, não existe necessidade de assinatura de protocolo, questionando o Executivo sobre quantas Juntas de Freguesia deixaram de receber a verba destinada à compra de novos contentores. -----

--- Depois interveio novamente o Senhor **VICENTE BATALHA**, Presidente da Junta de Freguesia de Pernes, esclarecendo que a sua Junta de Freguesia comprou contentores do lixo muito antes de receber a verba para esse efeito. Em sua opinião, deve ser assinado

um protocolo sobre aquilo que foi acordado, lembrando que as freguesias estão a receber verbas ao abrigo da assinatura de outros protocolos e concluiu referindo que, se a revisão dos Orçamentos é apenas da responsabilidade do Executivo assim, em seu entender, ninguém aqui está a fazer nada. -----

--- A seguir retomou a palavra o Senhor **LUÍS BATISTA**, Presidente da Junta de Freguesia de Romeira, prestando alguns esclarecimentos relativamente à sua anterior intervenção. -----

--- Seguidamente, no uso da palavra, o Senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA EM EXERCÍCIO** esclareceu que, efectivamente todas as Juntas de Freguesia estão a receber as verbas definidas e acordadas.-----

--- Referiu que a questão da limpeza dos contentores não está incluída no protocolo com a empresa, encontrando-se agora os Serviços Camarários a solicitar propostas para aquele fim. -----

--- Disse ser impossível fazer um Orçamento com a máxima precisão dado que existem verbas que, de início, não se podem calcular com exactidão, destacando que o Município de Santarém transfere, para as freguesias, três vezes mais daquilo que a Lei prevê. -----

--- Explicou que o aumento das despesas com pessoal do quadro se deve à reestruturação do Quadro de Pessoal dos Serviços Camarários e à consequente integração do pessoal contratado no respectivo quadro de pessoal, destacando que o Município de Santarém em matéria de despesas com pessoal, se preocupa com uma gestão adequada, razão pela qual os fundos gastos ficam muito abaixo daquilo que a Lei permite.-----

--- Esgotadas as intervenções o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** submeteu a votação a proposta relativa à **PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO E PLANO DE ACTIVIDADES DO ANO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SETE**, nos termos da alínea b), do número dois, do artigo trinta e nove, do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro, de vinte e nove de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei dezoito/noventa e um, de doze de Junho e Lei trinta e cinco/noventa e um, de vinte sete de Julho, tendo sido **aprovada por maioria, com vinte e seis votos a favor, zero votos contra e quinze abstenções**.-----

--- **PONTO QUATRO - REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE LOTES INDUSTRIAIS**.-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte Proposta:-----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de oito de Setembro p.p., cabe-me propor à Exm^a. Assembleia, para apreciação e votação, o regulamento Municipal de Atribuição de Lotes Industriais, nos termos da alínea a), do número dois, do artigo trinta e nove, da Lei número dezoito/noventa e um, que alterou o Decreto Lei número cem/oitenta e quatro, de vinte e nove de Março”.-----

--- Interveio o Senhor **LEONEL MARTINHO DO ROSÁRIO** que considerou este Regulamento essencial para o concelho de Santarém, referindo que aquele diploma poderá vir a atenuar, em parte, algumas “negociatas” que se fazem à volta dos loteamentos.-----

--- Alertou para a necessidade da Câmara possuir uma bolsa de lotes para que, na

eventualidade de aparecer uma empresa de grande importância a querer instalar-se em Santarém, poder responder satisfatoriamente.-----

--- Concluiu, manifestando alguma preocupação relativamente aos prazos estabelecidos para a construção de unidades fabris.-----

--- A seguir usou da palavra o Senhor **PEDRO VELOSO** considerando o conteúdo do Regulamento bom por ser necessário dar mais regalias à indústria, na Zona Industrial, referindo que as indústrias, no concelho de Santarém, são de facto escassas. -----

--- Manifestou alguma discordância relativamente aos artigos nono e sexto do Regulamento, salientando que não é justo que as pessoas que adquiriam lotes de terreno, há alguns anos, se vejam obrigados a cumprir prazos que não acordaram. Disse ainda ter algumas dúvidas sobre se, um novo Regulamento, possa vir a ser aplicado a situações anteriores, considerando importante que fosse previsto um outro Regulamento para os lotes já existentes. -----

--- Depois retomou a palavra o Senhor **LEONEL MARTINHO DO ROSÁRIO** para referir que, se as pessoas que compraram lotes fossem rigorosamente sujeitas às condições em que adquiriram os mesmos, não haveria nenhum lote vazio na Zona Industrial.-----

--- A seguir, no uso da palavra, o Senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA EM EXERCÍCIO** esclareceu que os prazos para construção são de trinta e seis meses incluindo todo o processo, após a atribuição dos respectivos lotes. -----

--- Relativamente aos lotes industriais já adquiridos, disse ser necessário encontrar

maneira de chamar a atenção dos proprietários que, propositadamente, não constroem com o intuito de valorizar os seus terrenos. Temos assim de evitar o protelamento destas situações. -----

--- Seguidamente o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, submeteu a votação a proposta, relativa ao **REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE LOTES INDUSTRIAIS**, nos termos da alínea a), do número dois, do artigo trinta e nove, do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro, de vinte e nove de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei dezoito/noventa e um, de doze de Junho e Lei trinta e cinco/noventa e um, de vinte sete de Julho, tendo sido **aprovada por maioria, com vinte votos a favor, zero votos contra e doze abstenções**. -----

--- Pela Senhora **LUISA MESQUITA** foi presente a seguinte Declaração de Voto: -----

--- “A nossa abstenção tem como pressupostos fundamentais o seguinte: Nós consideramos indispensável a existência de um Regulamento, que é tardio na nossa perspectiva. Mas não subscrevemos a totalidade do seu conteúdo. Tivemos a oportunidade de, na reunião do Executivo em que esta matéria foi discutida, apresentarmos uma proposta de alteração ao Regulamento existente. Desse conjunto de propostas apresentadas só uma foi aceite e integrada no articulado em discussão. Para nós, em termos muito genéricos, consideramos que este Regulamento aponta fundamentalmente, como grande zona de conflitualidade, o facto do Regulamento pretender ser um documento abrangente que se torna exclusivista e restrito quando chegamos ao artigo nono. Artigo nono, relativamente ao qual nós temos algumas dúvidas

quanto à sua implantação e localidade. Artigo nono que pretende tão só resolver problemas que este Executivo permitiu que se acumulassem durante anos e que agora, sem solução, se pretende que rapidamente este mesmo Regulamento venha resolver. Não há uma perspectiva de abrangência do concelho, não há uma perspectiva de abrangência que aponte para situações presentes e situações futuras e que tenham em conta por exemplo: situações de desertificação das freguesias rurais que passam por zonas de investimento económico como concretamente a Zona de Alcanede e de Pernes. E são estas questões que normalmente são demasiado casuísticas na gestão Camarária em Santarém que não permitem o voto favorável relativamente ao conteúdo deste Regulamento".-----

---Interveio novamente o Senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA EM EXERCÍCIO** para prestar alguns esclarecimentos relativamente à Declaração de Voto da Senhora Luísa Mesquita nomeadamente que, no processo, estavam incluídos os antecedentes de um outro projecto de Regulamento. Lembrou que, na reunião de Câmara, o Senhor vereador da CDU fez uma série de críticas e propostas que tinham a ver com o Regulamento Geral, explicando que a proposta aceite era a única que dizia respeito ao Regulamento em discussão.-----

---Retomou a palavra a Senhor **LUISA MESQUITA** para referir que não solicitou qualquer esclarecimento ao Executivo, aproveitando para dizer que os esclarecimentos, agora prestados pelo Senhor Presidente da Câmara em Exercício, foram os mesmos aquando da discussão deste assunto na reunião Camarária, onde a CDU já tinha tido a

oportunidade de manifestar a sua discordância.-----

--- Interveio novamente o Senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA EM EXERCÍCIO** apenas para dizer que prestou aqueles esclarecimentos porque, na reunião Camarária, esta matéria não tinha ficado bem explícita.-----

--- **PONTO CINCO - ADESÃO DA CÂMARA MUNICIPAL AO PROGRAMA SALVAGUARDA E GESTÃO DAS CIDADES DE VALOR EXCEPCIONAL.** -----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dezoito de Setembro de mil novecentos e noventa e sete, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia, a aprovação da adesão da Câmara Municipal ao programa em epígrafe, associando-se ao ICOMOS (internacional), enquanto entidade pública, nos termos da alínea h), do número dois, do artigo trinta e nove, da Lei número dezoito/noventa e um, que alterou o Decreto Lei número cem/oitenta e quatro, de vinte e nove de Março”. -----

--- Interveio o Senhor **LUÍS ROMÃO** referindo que, depois da apresentação do Livro de Candidatura de Santarém a Património Mundial, a equipa do Gabinete de Candidatura não iniciou o Plano de Salvaguarda, perguntando como é que ficam salvaguardadas medidas que assegurem a qualidade de vida e respeitem a identidade cultural dos residentes, dos comerciantes, bem como a harmonia entre representantes da indústria do turismo, dos turistas e das autoridades da cidade. -----

--- Considerou que esta matéria é de elevado interesse para o Centro Histórico da Cidade porque, sem a intervenção dos cidadãos e da autarquia, se está a marginalizar o que se

deve conquistar: as pessoas, referiu. -----

--- A seguir tomou a palavra a Senhora **LUISA MESQUITA** manifestando a sua concordância com a adesão da Câmara a esta Instituição considerando, no entanto, faltarem a Santarém modelos metodológicos e estratégias concertadas, tendo-se vindo a assistir à valorização do património, mas nem sempre com métodos amplamente conhecidos. -----

--- Perguntou quais são as estratégias e as medidas concertadas que têm vindo a ser tomadas para que, este total e incondicional empenho dos Serviços Camarários, seja extensivo à população da cidade a fim de que esta se possa igualmente empenhar e sentir neste projecto. -----

--- Quis saber que medidas estão a ser tomadas no sentido de convencerem a população scalabitana de que, a Autarquia que gere o Sacapeito, é a mesma que defende o património arquitectónico do concelho de Santarém. -----

--- Interveio por último o Senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA EM EXERCÍCIO** referindo que os aspectos essenciais estão contidos na proposta e que ninguém tem dúvidas do empenhamento dos Serviços Camarários nesta matéria. -----

--- Dada a inexistência de mais intervenções o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, submeteu a votação a proposta, relativa à **ADESÃO DA CÂMARA MUNICIPAL AO PROGRAMA SALVAGUARDA E GESTÃO DAS CIDADES DE VALOR EXCEPCIONAL**, nos termos da alínea h), do número dois, do artigo trinta e nove, do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro, de vinte e nove de Março, com a redacção

que lhe foi dada pela Lei dezoito/noventa e um, de doze de Junho e Lei trinta e cinco/noventa e um, de vinte sete de Julho, tendo sido **aprovada por unanimidade**.-----

--- PONTO SEIS - ADESÃO DA CÂMARA MUNICIPAL À COMISSÃO NACIONAL PORTUGUESA DOS MONUMENTOS E SÍTIOS.-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de trinta de Junho último, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia, a aprovação da adesão da Câmara Municipal à Comissão Nacional Portuguesa dos Monumentos e Sítios, como membro institucional, nos termos da alínea h), do número dois, do artigo trinta e nove, da Lei número dezoito/noventa e um, que alterou o Decreto Lei número cem/oitenta e quatro, de vinte e nove de Março”. -----

--- Dada a inexistência de intervenções o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, submeteu a votação a proposta, relativa à **ADESÃO DA CÂMARA MUNICIPAL À COMISSÃO NACIONAL PORTUGUESA DOS MONUMENTOS E SÍTIOS**, nos termos da alínea h), do número dois, do artigo trinta e nove, do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro, de vinte e nove de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei dezoito/noventa e um, de doze de Junho e Lei trinta e cinco/noventa e um, de vinte sete de Julho, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- PONTO SETE - CONSTITUIÇÃO DO CENTRO MUNICIPAL DE OPERAÇÕES DE EMERGÊNCIA DE PROTECÇÃO CIVIL (CMOEPIC). --

--- Foram presentes, para apreciação desta Assembleia os documentos em epígrafe, que ficam anexos à presente acta, dispensando-se a sua transcrição, nos

termos do Decreto-Lei quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e dois de Novembro de mil novecentos e sessenta e três, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei trezentos e trinta e quatro/oitenta e dois, de dezanove de Agosto. -----

--- Usou da palavra o Senhor **ALEXANDRE PITA SOARES** que se referiu à constituição do CMOEPC, considerando que, em sua opinião, em vez do representante da Santa Casa da Misericórdia deveria estar um representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho de Santarém. -----

--- A seguir interveio o Senhor **LUÍS ROMÃO** questionando porque razão apenas está incluído um representante de uma Rádio. -----

--- No uso da palavra o Senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA EM EXERCÍCIO** esclareceu que as Instituições Particulares de Solidariedade Social delegaram na Santa Casa da Misericórdia o seu representante. Relativamente às Rádios disse ter-se optado pela Rádio com mais audiência no concelho. -----

--- Esgotadas as intervenções o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, submeteu a votação a proposta, relativa à **CONSTITUIÇÃO DO CENTRO MUNICIPAL DE OPERAÇÕES DE EMERGÊNCIA DE PROTECÇÃO CIVIL (CMOEPC)**, nos termos da alínea h) do número dois do artigo trinta e nove do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro de vinte e nove de Março, com a

redacção que lhe foi dada pela Lei dezoito/noventa e um de doze de Junho, tendo sido **aprovada por unanimidade.** -----

--- Tendo em conta a urgência destes assuntos e o preceituado no número quatro, do artigo número oitenta e cinco, do Decreto-Lei cem/oitenta e quatro de vinte e nove de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei dezoito/noventa e um de doze de Junho, o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** submeteu a votação a aprovação em minuta os **PONTOS UM, DOIS, TRÊS, QUATRO, CINCO, SEIS e SETE**, da **Ordem de Trabalhos**, tendo sido deliberado aprovar **por unanimidade.** -----

--- Esgotada a Ordem de Trabalhos, e de acordo com a competência que lhe confere o artigo dezasseis do Regimento, o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, declarou aberto o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DESTINADO AO PÚBLICO**, o qual não se concretizou por ausência de intervenientes. -----

--- Eram zero horas e trinta e cinco minutos do dia seguinte, quando o Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, deu por encerrada a Sessão de que se lavra a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**, e subscrita por mim,

PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, que a redigi. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** -----